

# ASPECTOS HISTÓRICOS DA DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR: INTEGRAÇÃO x INCLUSÃO

Prof. Me. Glaciene Januário Hottis Lyra<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo, baseado em pesquisa bibliográfica, aborda a forma de identificar e descrever as principais informações acerca dos recursos pedagógicos e o comportamento deste no contexto social/escolar. O presente artigo foi elaborado visando à cerca de conhecimentos de crianças com deficiências motoras, vivendo a era da inclusão na sociedade, onde as mesmas com diferentes estilos de vida têm o direito e a oportunidade de ser parte dela dentro de uma satisfação pessoal, buscando ser útil em todos os aspectos.

Palavras-chave: Deficiência Motora. Inclusão. Escola. Sociedade.

## 1 INTRODUÇÃO

Os deficientes são pessoas que têm o mesmo direito à auto realização que quaisquer outras pessoas; cada um obedecendo ao seu ritmo, à sua maneira e por seus próprios meios. Somente eles podem superar suas dificuldades e encontrar a si mesmos. Possuem a mesma necessidade de amar e serem amados, de aprender, compartilhar, crescer e experimentar no mesmo mundo que todas as outras pessoas. Faz-se necessário dar a oportunidade de poderem vivenciar suas próprias experiências.

1 Mestre em Teologia, Educação e Religião – UFRGS. Psicopedagoga Clínica e Hospitalar. Professora e Coordenadora de Extensão – Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG Carangola). E-mail: [hottislyra@gmail.com](mailto:hottislyra@gmail.com)

Os objetivos específicos são analisar o processo histórico da criança com deficiência motora na sociedade; compreender o desenvolvimento da criança com deficiência motora na escola; identificar as necessidades e facilidade para o desenvolvimento da criança com deficiência motora no processo de ensino em sala de aula e investigar os recursos pedagógicos utilizados com crianças com deficiências motoras. Percebe-se que para um bom desempenho do aluno com deficiência motora é preciso observar as necessidades, as dificuldades de cada aluno buscando uma forma de se adaptar utilizando esses recursos na realização de atividades.

Os primeiros momentos desta monografia consistiram em pesquisas bibliográficas pertinentes, que segundo as contribuições de vários pensadores da Educação ilustram o presente estudo e demonstram preocupação internacional e nacional sobre o tema.

## **2 CONCEITO DE DEFICIÊNCIA**

A Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência patrocinada pela Organização das Nações Unidas – ONU, aprovada pelo Brasil, trouxe ao ordenamento jurídico brasileiro novo conceito de pessoa com deficiência.

Araújo (2012) afirma que a Convenção reconhece que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas,

Segundo ele, ainda no seu preâmbulo, a Convenção aponta para a impossibilidade de que todas as pessoas com deficiência sejam tratadas de forma uniforme, reconhecendo a existência de diversas formas de deficiência.

A definição de pessoa com deficiência vem colocada no artigo 1 da Convenção, com a seguinte redação (ARAÚJO, 2012):

O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir

sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

O autor deixa claro também, que todas as pessoas que de alguma forma receberam algum benefício pelo fato de estar guardado pelos outros conceitos envolvendo deficiência terão seus direitos assegurados.

Para Diniz (2002), o conceito de deficiência não pode considerar apenas os aspectos de lesão, perdas ou alterações orgânicas, cabendo enfatizar também os aspectos sociais que a tornam um fenômeno de subalternidade. Sua definição para deficiência é:

Deficiência toda e qualquer forma de desvantagem resultante da relação do corpo com lesões e a sociedade. Lesão, por sua vez, engloba doenças crônicas, desvios ou traumas que, na relação com o meio ambiente, implica restrições de habilidades consideradas comuns às pessoas com mesma idade e sexo em cada sociedade. Deficiência é um conceito aplicado a situações de saúde e doença e, em alguma medida, é relativo às sociedades onde as pessoas deficientes vivem. (DINIZ, 2002, p.01)

Observa-se que a deficiência existe desde o início, fato histórico que permanecerá existindo, como ressalta o autor acima é um fenômeno. Cabe à sociedade respeitar essas pessoas que tiveram lesões ou alterações que os tornaram deficientes. A pessoa com deficiência carrega em suas vidas marcas decepções, por serem desvalorizadas, discriminadas e às vezes isoladas pelo preconceito que há na sociedade.

Deficiência é toda perda ou anomalia de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. (BRASIL, 1999)

A Lei 12.470, no art. 20 de 31 de agosto de 2011, conceitua pessoa com deficiência, aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2011)

As pessoas portadoras de deficiência são dotadas de algum tipo de deficiência de uma estrutura ou função psicológica ou anatômica que gere incapacidade para desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (BRASIL. Decreto-Lei nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999).

Ainda neste decreto-lei, encontra-se a definição para deficiência permanente, como sendo aquela que ocorre ou se estabilizou durante um período de

tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos. E, por fim, conceitua-se incapacidade como uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptáveis, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

De acordo com o art. 4º deste decreto-lei, encontram-se cinco categorias que determinam as patologias consideradas deficiências. Seguindo sua transcrição na íntegra, tem-se: Deficiência física- alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004); Deficiência auditiva- perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis ( dB ) ou mais; aferida por audiograma nas frequências de 500 HZ; 1.000 HZ; 2.000 HZ e 3.000 HZ ( Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004 ); Deficiência visual- cegueira, na qual a acuidade é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Redação dada pelo Decreto n ° 5,296, de 2004); Deficiência mental- funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestações antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade (Redação dada pelo Decreto n ° 5.296, de 2004); saúde e segurança; habilidades acadêmicas; de lazer; e trabalho; Deficiência múltipla- associação de duas ou mais deficiências. Vale lembrar, que de acordo com Buscaglia (2006), os deficientes são indivíduos próprios.

Eles não pertencem à família, aos médicos e à sociedade, ou seja, não são “propriedades” de ninguém. Cada um é diferente um do outro e que, independente do rótulo que lhe seja imposto para a conveniência de outras pessoas, ele ainda assim é

uma pessoa “única”. Não existem duas crianças deficientes que sejam iguais ou dois adultos surdos que respondam e reajam da mesma forma.

Os deficientes são pessoas que têm o mesmo direito à auto realização que quaisquer outras pessoas; cada um obedecendo ao seu ritmo, à sua maneira e por seus próprios meios. Somente eles podem superar suas dificuldades e encontrar a si mesmos. Possuem a mesma necessidade de amar e serem amados, de aprender, compartilhar, crescer e experimentar no mesmo mundo que todas as outras pessoas. Faz-se necessário dar a oportunidade de poderem vivenciar suas próprias experiências. Existe apenas um mundo e não há porque privá-los de perceber o mundo. Ter este tipo de comportamento é, no mínimo, enjaulá-los em “gaiolas de ouro”.

Há uma história espanhola muito interessante quanto aos padrões que são criados e recriados pela sociedade, no que diz respeito à impressão visual, padrão estético. É citada por Buscaglia (2006), em seu livro “Os Deficientes e Seus Pais”; e vale lembrá-lo neste momento, a título de relevante ilustração: em um dado momento, houve uma terra onde os habitantes, um a um, descobrem que estão desenvolvendo caudas! Para seu horror, os primeiros a produzirem tal apêndice, semelhante aos dos macacos, fazem o que podem para escondê-lo. Desajeitadamente enfiam suas caudas em calças e camisas largas a fim de ocultar sua estranheza. Mas ao descobrirem que todos estão desenvolvendo caudas, as histórias mudas de modo drástico. Na verdade, a cauda revela-se de grande utilidade para carregar coisas, para dar maior mobilidade, para abrir portas quando os braços estiverem ocupados. Estilistas de moda começam a criar roupas para acomodar, na verdade, acentuar e liberar as recém-formadas caudas.

Ou seja, eles se adaptam a sua nova condição. Por isso, é importante para a pessoa deficiente que se permita a ela vivenciar suas experiências e ajuda-la, quando possível, a adaptar-se a sua condição e, se auto afirmar como pessoa integrante de uma sociedade.

## **2.1 TERMINOLOGIA - PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Para Sasaki (2006), a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente eivados de preconceitos, estigmas e estereótipos, como é o caso das deficiências que aproximadamente 14,5% da população brasileira possuem. Os termos são considerados corretos em função de certos valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época. Assim, eles passam a ser

incorretos quando esses valores e conceitos vão sendo substituídos por outros, o que exige o uso de outras palavras.

Estas outras palavras podem já existir na língua falada e escrita, mas, neste caso, passam a ter novos significados. Ou então são construídas especificamente para designar conceitos novos. O maior problema decorrente do uso de termos incorretos reside no fato de os conceitos obsoletos, as ideias equivocadas e as informações inexatas serem inadvertidamente reforçados e perpetuados.

Este fato pode ser a causa da dificuldade ou excessiva demora com que o público leigo e os profissionais mudam seus comportamentos, raciocínios e conhecimentos em relação, por exemplo, à situação das pessoas com deficiência. O mesmo fato também pode ser responsável pela resistência contra a mudança de paradigmas como o que está acontecendo, por exemplo, na mudança que vai da integração para a inclusão em todos os sistemas sociais comuns. (SASSAKI, 2006)

## **2.2 PROCESSO HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA**

Existem alguns fatos históricos religiosos que mencionam que antigamente as pessoas com deficiências eram resultados de impureza, ou seja, pecado, que significa ato fora da lei que praticado trazia tais consequências sendo elas mortais ou sequelas corporais. No século 19, houve um discurso que representou uma redenção ao corpo deficiente com impedimentos diante da narrativa religiosa do pecado ou da ira divina, hoje, é a autoridade biomédica que se vê contestada pelo modelo social da deficiência (FOUCAULT, 2004, p. 18).

Nesse sentido tinha fluxo de geração a geração, se em alguma família nascesse alguma criança com algum tipo de deficiência sendo: cegueira, surdez, paralisia era sinal de que seus pais pecaram e trouxeram a maldição para aquela criança e que a partir daquele momento o avanço poderia ou não, ser genético.

Muitos para livrar-se do acontecido sacrificava seus filhos acreditando que estava eliminando a maldição de sua nação, pois para eles era ameaça que causaria danos sociais. Os impedimentos são significados como desvantagens naturais por ambientes sociais restritivos à participação plena, o que historicamente traduziu os impedimentos corporais como azar ou tragédia pessoal (BARNES, 2002, p. 6).

A deficiência já foi tida como um drama pessoal ou familiar, com explicações religiosas que a aproximaram ora do infortúnio, ora da benção divina em quase todas as sociedades (LAKSHMI, 2008).

A contestação da narrativa mística e religiosa pela narrativa biomédica foi recebida como um passo importante para a garantia da igualdade. As causas dos impedimentos não estariam mais no pecado, na culpa ou no azar, mas na genética, na embriologia, nas doenças degenerativas, nos acidentes de trânsito ou no envelhecimento. (BARTON, 1998, p. 23) E quando devido à composição genética tornaria crime, Staimback (1999, p. 38) “entre 1900 e 1930, disseminou-se generalizadamente a ideia de que pessoas com deficiência tinham tendências criminosas e era a mais séria ameaça à civilização devido à sua composição genética”. Mas a sociedade em que vive o homem é notada por diferenças através de deficiências, porém todos devem ter olhar de compreensão com o próximo.

Segundo Goffman (1975, p.11), a sociedade é marcada pela diversidade/múltipla das diferenças humanas – físicas, sociais, culturais, econômicas, religiosos – incorpora também os indivíduos que não se encaixam nos chamados padrões de normalidade física ou mental, devido a causas acidentais ou congênitas que os tornam pessoas com deficiências e enfrentam barreiras sociais diferenciadas, já que, em grande medida, o meio determina o efeito de uma deficiência ou de uma capacidade sobre a vida cotidiana de uma pessoa.

Para o autor, a pessoa pode se perceber relegada à invalidez se lhes são negadas oportunidades necessárias aos aspectos fundamentais da vida, tais como trabalho, educação, habitação e lazer. Todos esses aspectos são importantes para conhecimento intelectual, então essa relação proporciona interação que facilita o desenvolvimento das mesmas, contribuindo para um raciocínio lógico dentro do contexto social. Sendo assim a convivência deve estar em ação, para quebrar os paradigmas de que o preconceito prevaleça.

Os fatos históricos marcam a trajetória de pessoas com deficiências fora do contexto humano por causa de algum detalhe em seu físico ou mental que os tornam pessoas diferentes das demais. Sendo assim essas pessoas ficam mais distantes da realidade social, sendo impedidas de trabalhar, comunicar-se e educar-se.

Goffman (1975, p. 11), continua falando sobre diversos autores como (AMARAL, 1995; MAZZOTA, 1996; PAIXÃO, 1996) que analisam a trajetória que expressa o significado da deficiência no processo histórico. A deficiência foi adquirindo

variadas interpretações, desde sinal de forças ocultas da natureza até fatalidade orgânica que acomete os indivíduos, considerando necessidades emergentes que se põem na relação dos indivíduos com o meio. Sabe-se pelos estudos realizados por diversas ciências (paleontologia, arqueologia, sociologia, história), que as atitudes que mais predominam no decorrer da história da civilização em relação a esses indivíduos têm sido de abandono, exclusão, discriminação ou preconceito.

A pessoa com deficiência nos estudos das ciências era excluído da sociedade, não tinham oportunidade de se desenvolver socialmente, pois ser deficiente era sinal de incapacidade, então a pessoa com deficiência era rejeitada, discriminada, desvalorizada pelas normais. Com isso a pessoa com deficiência perderia todo direito de se tornar alguém profissionalizado, pois ter deficiência os tornaria necessitados, alguém que só iria depender e dar trabalho para a sociedade. Sendo assim essas pessoas perdiam a força de se tornar cidadãos, pois eram impedidos de conhecer os seus direitos, eram isolados do mundo do trabalho, da educação, da política; eram totalmente, separados do meio dos normais.

No período de transição para a sociedade capitalista as concepções sobrenaturais da deficiência dão lugar às explicações pautadas nos estudos de medicina da época, enquanto um problema orgânico do indivíduo. (MAZZOTA, 1996).

No século XX, as experiências já realizadas por Pestalozzi (1746-1827), Froebel (1782-1852), Itard (1774-1838), Seguin (1812-1888), Maria Montessori (1870-1922), Decroly (1871-1922), possibilitaram o surgimento de propostas educacionais para pessoas com deficiência, que deram luz ao que hoje se denomina Educação Especial. (GOFFMAN, 1975, p. 11)

Observa-se no contexto histórico sobre deficiência algo negativo que trouxe muito incômodo, que era a exclusão de pessoas com deficiências da humanidade, mas essas pessoas não perderam a perspectiva de um dia ser vistas, ouvidas e respeitadas pela sociedade. Durante o período da exclusão pesquisadores que torciam pela liberdade dessas pessoas lutaram por um mundo melhor para as mesmas e que pudesse atender as suas necessidades enquanto ser humano na escola e no social.

A educação especial surgiu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes e a educação inclusiva começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), a partir da aprovação da constituição de 1988 e da LDB 1996. Tudo isso para que para que pessoas com deficiência pudesse entrar na escola e estudar e sentir-se igual a todos e ter os mesmos direitos na área da educação, podendo



relacionar-se, optar suas opiniões, desenvolver-se em aprendizado e crescer profissionalmente conhecendo o mundo da evolução.

Cabe à sociedade respeitar essas pessoas que tiveram lesões ou alterações que os tornaram deficientes. A pessoa com deficiência carrega em suas vidas marcas decepções, por serem desvalorizadas, discriminadas e às vezes isoladas pelo preconceito que há na sociedade.

Amaral (1998, p.16-17) descreve três versões do preconceito dirigido a essas pessoas: denomina de “generalização indevida” o juízo que transforma a condição de limitação específica de uma deficiência; “correção linear” é a disposição para elaborar relações do tipo “se... então...”, simplificando de forma demasiada o raciocínio, consolidando o preconceito pela economia do esforço intelectual e o “contágio osmótico” é o temor do contato e do convívio, numa espécie de recusa em ser visto como um deficiente. O ser humano deve entender que a vida não é feita de perfeição seja ela interna ou externa, cada pessoa tem que ser aceita como são e não modificar-se para agradar as demais. Uma pessoa com deficiência é ser humano, e por ser humano, depende de amigo, de estar em conjunto trocando e compartilhando ideias, e não limitar essa pessoa por ter deficiência.

As pessoas com deficiências em determinada época e cultura eram desclassificadas do meio atual, pois as pessoas que não tinham deficiências exerciam sobre as que tinham o poder da exclusão, mas com estudos de pesquisas inovadores viram que essas pessoas poderiam, sim, está íntegro socialmente.

Segundo Nogueira (2008), na história da humanidade o deficiente sempre foi vítima de segregação. No século XV crianças deformadas eram jogadas nos esgotos da Roma Antiga, deixados em abrigos na Igreja isolados da humanidade. Na idade Média que estes sujeitos adquiriram um status Humano sendo assumidos pelas famílias e pela Igreja.

Na idade contemporânea o homem na sociedade passa ser conteúdo central de questionamento, com base nesta compreensão, as atitudes com os deficiente modificam, são oferecidas oportunidades educacionais e de integração social até chegar nos dias de hoje.

O movimento de assistência à criança com deficiência é uma realidade, muitas foram às ações em busca pelo direito da Pessoa com Deficiência tendo conquistas e derrotas. (NOGUEIRA, 2008).

O Brasil tem 45,6 milhões de pessoas com deficiência, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dos cerca de 190 milhões de brasileiros, aqueles com pelo menos uma deficiência, seja visual, auditiva, motora ou mental, somam 23,9%.

De acordo com o Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 45,6 milhões de brasileiros (23,9% da população) declararam possuir algum tipo de deficiência. (IBGE, 2010).

O Censo Demográfico de 2010 não apenas mantém a extensão de sua investigação a respeito do tema pessoas com deficiência como também faz constar em sua fundamentação teórica as adequações e modificações ocorridas ao longo dos levantamentos censitários, em adequação conceitual ao tema. Os Censos Demográficos, conforme relatado no referencial teórico do Censo 2012, tem se adequado à evolução do conceito de deficiência, que vem se modificando, por sua vez, de forma a acompanhar a maneira como a sociedade se relaciona com a parcela da população que apresenta algum tipo de deficiência (IBGE, 2012).

Dessa forma, a investigação da deficiência no Censo Demográfico, assim como a abordagem da deficiência no contexto social, evoluiu do modelo médico – para o qual somente era considerada a patologia física e o sintoma a ela associado que, em consequência, dava origem a uma incapacidade – para o modelo biopsicossocial, adotado pela OMS e estruturado na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF (IBGE, 2012).

### **2.3 INTEGRAÇÃO x INCLUSÃO**

Algumas pessoas utilizam as palavras integração e inclusão, já em conformidade com a moderna terminologia da inclusão social, ou seja, com sentidos distintos – a integração significando “inserção da pessoa deficiente preparada para conviver na sociedade” e a inclusão significando “modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania”. (UNESCO, 1994, cap.5)

Enquanto processos, a integração e a inclusão são ambos muito importantes. O objetivo é alcançar a meta de uma sociedade inclusiva. Para tanto, contudo, o processo integração social terá uma parte decisiva a cumprir, cobrindo situações nas

quais ainda haja resistência contra a adoção de medidas inclusivas. (SASSAKI, 1997, p.1)

Para o autor, de fato, nem todas as pessoas deficientes necessitam que a sociedade seja modificada, pois algumas estão aptas a se integrarem nela assim mesmo. Mas as outras com necessidades especiais não poderão participar plena e igualmente da sociedade se esta não se tornar inclusiva.

A ideia de integração surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram submetidas às pessoas deficientes por vários séculos. Se algumas culturas simplesmente eliminavam as pessoas deficientes, outras adotaram a prática de interná-las em grandes instituições de caridade, junto com doentes e idosos. (SASSAKI, 1997, p.01).

Para Sasaki, a inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

Para ele, a inclusão constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Com a inclusão, percebe-se uma grande mudança em relação às pessoas com deficiências e as que não são. Observa-se em alguns autores esforços pela liberdade e oportunidades dessas pessoas na sociedade, que ainda enfrentam problemas de exclusão, mas, a busca de solucionar esses problemas prevalece com o apoio de todos. (BRASIL, 2001)

Todo processo histórico da deficiência, tem evoluído para adaptar a sociedade, meios para que todos possam se relacionar de maneira efetiva e terem o direito de decidir por si própria. O grande avanço desse processo é o desenvolvimento na sociedade. Incluindo pessoas com deficiência no meio social como: Educação, esportes, trabalho, lazer; é uma forma de atender as necessidades das mesmas, para convivência e diversificação cultural.

A escola como integrante da sociedade e principalmente como segunda instituição mais importante para pessoa com deficiência. A primeira com certeza é a família, não poderia estar alheia a esse processo tão importante. Pelo contrário é a partir da escola e suas inúmeras funções que a inclusão deve acontecer na sociedade.

Sendo assim, foi adotado um novo modelo na educação, que é a educação inclusiva, onde, trata de inclusão social para todos independente do tipo da deficiência; éticas morais e culturais, o que vale, é que todos tenham o mesmo direito de igualdade.

Na educação inclusiva contextualizada à deficiência, há um desenvolvimento educacional para pessoas com deficiências, sejam elas: adultos; jovens e crianças, todos têm o direito oportuno para estudar independente das deficiências que tem. A respeito de seus alunos, que seja seguro e acolhedor e que entenda a diferença como um fator positivo, ou seja, o termo educação inclusiva supõe a disposição da escola em atender a diversidade total das necessidades dos alunos em escola comum. Pode ser conseguido por meio de um ambiente de aprendizagem escolar que tenha altas expectativas.

A educação inclusiva é uma porta de oportunidade para pessoa com deficiência, pois com avanço tecnológico é possível instrumentos adaptados para atender diversos tipos de deficiências dentro do contexto escolar. Segundo a Declaração de Salamanca, em 1994 (BRASIL, 1997, p.2), passou-se a se considerar a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais.

Não foi fácil para pessoas com deficiências ter acesso à educação, por isso é um sucesso, de fato acontecido na época em vivemos, sendo assim uma pessoa com deficiência na educação é digna de respeito e solidariedade e, que o espaço educacional esteja preparado e adaptado para o crescimento positivo da inclusão.

Segundo a Declaração de Salamanca, em 1994 (BRASIL, 1997), passou-se a se considerar a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais.

É fundamental equiparmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo as com de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos (SASSAKI, 2002, p. 41).

## **2.4 DEFICIENCIAS MOTORAS**

“Toda criança, ao nascer, inicia a fascinante aventura de adaptar-se ao mundo equipada apenas da sua frágil organização herdada. Seus poderes naturais são

formidáveis, e aos poucos, ela transforma, ajusta, aumenta, alarga e enriquece a sua organização somática inicial. Gradualmente, torna-se mais acostumada a sugar, a alcançar, a agarrar e a identificar visualmente e a seguir objetos: este é o início do seu processo de adaptação ao mundo.” (RODRIGUES 1976, p.90)

Deficiência motora corresponde a uma disfunção, de carácter congénito ou adquirido, que afeta a motricidade dos indivíduos (mobilidade, coordenação e fala). (RODRIGUES, 1983)

De acordo com o autor acima a deficiência motora se expressa em padrões normais de postura e movimentos, associados a um tónus postural anormal. No entanto, algumas características podem mudar com o tempo. A lesão atinge o cérebro quando ainda é imaturo e interfere no desenvolvimento motor normal da criança. Os distúrbios mais relevantes são os motores, sem, necessariamente, implicar na existência de uma deficiência mental associada. Não tem relação com o nível mental; a perturbação predominante é a perturbação motora. Pode surgir durante todo o período de crescimento cerebral, sem referência a nenhuma etiologia precisa.

As deficiências motoras são resultados de que a pessoa nasceu com paralisia cerebral ou tem deficiência física, cujas manifestações exteriores consistem em fraqueza muscular, paralisia ou falta de coordenação, geralmente são designadas mais apropriadamente como neuromusculares, uma vez que as dificuldades encontram-se mais frequentemente nos centros e vias nervosas que comandam os músculos, do que nos músculos em si. São lesões que pode acontecer em qualquer fase da vida, ser causadas por infecções ou por lesões ocorridas na pessoa por uma degeneração. (WILSON, 1971)

De acordo com o dicionário Larousse (1992), a motricidade é o desenvolvimento da percepção na criança com paralisia cerebral, que está condicionado aos problemas sensoriais (sobretudo os auditivos e visuais) e motores que ela possa apresentar. A motricidade, em qualquer indivíduo, é garantida pelo conjunto de funções biológicas que asseguram a movimentação. A criança que tem dificuldade motor é de fato que mesma tenha paralisia cerebral ou alguma dificuldade física, que dificulta alguns movimentos e funcionamentos do corpo.

É muito importante ter conhecimento detalhado do desenvolvimento motor da criança com deficiência para estabelecer parâmetros com situações para melhor desempenho e habilidade da mesma, para que ela possa desenvolver-se, postura para sua aprendizagem.

Sendo assim é interessante estabelecer parâmetros também para crianças que não tenham dificuldades motoras, para melhor esclarecer, habilidade motora é a capacidade de movimento e de postura, que se define num contínuo, variando grande habilidade motora. (PFEIFER, 1994, p.27)

De acordo com Rodrigues (1979), a atividade e motricidade trabalham em afetividade e harmonia com inteligência, estabelecendo desenvolvimento para cada ação, são aspectos inseparáveis que devem andar junto para desempenho da criança que tem deficiência motora. A criança precisa de atividades afetivas que mexam com a sua inteligência e que traga ações harmônicas para suas vidas.

Segundo Wilson (1971), grande parte das crianças que têm deficiências físicas é beneficiada com somente algumas modificações no ambiente físico, nos materiais e equipamentos utilizados para a atividade escolar.

Observa-se, que adaptando o espaço físico para crianças com deficiências motoras que não andam ou que andam, mas precisam de estruturas adequadas para circular no ambiente escolar, é uma forma de incluir as mesmas no contexto educacional. Mas ainda há outras recomendações que são feitas, no sentido de se analisar os objetivos educacionais e por consequência, os conteúdos a serem trabalhados com o aluno, visando sempre favorecer o exercício de participação no debate de ideias e no processo decisório quanto a sua própria vida e à vida da comunidade.

Percebe-se, que a criança que tem deficiência motora tem certa dificuldade em relação à atividade escolar e social quando trata de exercer os trabalhos com facilidade e rapidez, pois o comprometimento motor faz com que os movimentos da criança com deficiência física sejam lentos, e estes, somados à falta de coordenação, irão causar uma lentidão de ação, implicando em um ritmo de vida diferenciado, com repercussões na aprendizagem. (MUÑOZ, 1997)

É na fase sensório-motora que é a primeira etapa do desenvolvimento infantil que ocorrem os prejuízos básicos ao desenvolvimento da criança com deficiência física pelas dificuldades de manipulação, coordenação e exploração do meio. Essa situação condicionará de forma marcante seu desenvolvimento nas etapas seguintes e, geralmente, poderá apresentar dificuldades na elaboração dos esquemas perceptivos – esquema corporal, orientação e estruturação espaço temporal, lateralidade, etc. Complementação do autor citado cima.

Para Caetano (2005), a idade pré-escolar é uma fase de obtenção e desenvolvimento das habilidades motoras da criança, são formas de se movimentar e ter

os primeiros movimentos combinados, que proporcionam as mesmas exercer domínio sobre o seu corpo em diversas posturas (estáticas ou dinâmicas), e locomover-se pelo meio ambiente de formas variadas em andar, correr, saltar, etc.

De acordo com Velasco (1996, p.1), quando a criança desenvolve seus movimentos com mais habilidades, ela está preparada para enfrentar novas etapas de atividades corporais, sendo assim estará mais segura para desenvolver sua conduta ou coordenação motora.

Segundo Ferraretto (1998), a coordenação motora é usada por meios da fala que é acompanhando, reforçado por sons. Os problemas motores podem ser de criança com paralisia cerebral que afeta a expressão facial, a fixação e o seguimento visual, assim como determinados movimentos do corpo compreendidos como linguagem corporal.

Para o mesmo autor caso da criança com paralisia cerebral sem fala, a comunicação gestual própria das pessoas sem comprometimento físico, é muito pouco usada, se não for limitada, devido à dificuldade da coordenação motora decorrente da lesão neurológica, porém existe uma forma diferenciada de comunicação gestual que precisa ser vista como tal. Entretanto, crianças com dificuldades motoras causadas por paralisia cerebral não pode perder a expectativa de se comunicar com as consideradas normais.

A deficiência motora é causada por algumas doenças que afetam a coordenação motora, causando dificuldade nos movimentos motores. Uma delas é:

Deficiência física– A deficiência física se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema Osteoarticular, o Sistema Muscular e o Sistema Nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir grandes limitações físicas de grau e gravidades variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida. (BRASIL, 2006, p. 28)

Segundo Wilson (1971), grande parte das crianças que têm deficiências físicas é beneficiada com somente algumas modificações no ambiente físico, nos materiais e equipamentos utilizados para a atividade escolar. Não apresentam deficiências mentais e podem aprender através dos mesmos métodos empregados com crianças não deficientes. Portanto, métodos especiais de ensino só são necessários para as crianças cujas deficiências físicas sejam complicadas por dificuldades de aprendizagem resultantes de lesões neurológicas.

O comprometimento da função física poderá acontecer quando existe a falta de um membro (amputação), sua má-formação ou deformação (alterações que acometem o sistema muscular e esquelético).

Paralisia cerebral– é definida como uma desordem do movimento e da postura devido a um defeito ou lesão do cérebro imaturo. A lesão cerebral não é progressiva e provoca debilitação variável na coordenação da ação muscular, com resultante incapacidade da criança em manter posturas e realizar movimentos normais. Esta deficiência motora central está frequentemente associada a problemas de fala, visão e audição, com vários tipos de distúrbios da percepção, certo grau de retardo mental e/ou epilepsia (BOBATH, 1984, p.1).

Quando uma criança tem paralisia cerebral é sinal que existe uma deficiência motora consequente de uma lesão no cérebro quando ele ainda não estava completamente desenvolvido.

A criança atingida pela paralisia cerebral poderá apresentar uma série de alterações na evolução de seu desenvolvimento psicológico que, de forma direta ou indireta, derivam de seu distúrbio neuromotor. Grande parte das habilidades que a criança adquire ao longo de seu desenvolvimento tem um componente motor; assim, a possibilidade de andar, manipular, falar escrever depende, entre outras coisas, da possibilidade de realizar concretamente determinados movimentos. (PALACIOS, 1992)

### **3 A DEFICIÊNCIA MOTORA NO CONTEXTO ESCOLAR**

Com a inclusão de pessoas com deficiência na educação, vale ressaltar a importância de incluir essas pessoas no ambiente escolar. No Brasil somente no final dos anos 50 e início a década de 60 do século XX, é que ocorreu a inclusão da Educação Especial na política brasileira.

Em alguma organização brasileira no século XIX iniciaram serviços para atendimento de alguns tipos de deficiência como: cegos, surdos, pessoas com deficiências mentais e físicas. Tais atendimentos caracterizavam-se como iniciativas oficiais e particulares isolados, refletindo o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional dessas pessoas com deficiência. Somente no final dos anos 50 e início da década de 60 do século XX, é que ocorre a inclusão da Educação Especial na política educacional brasileira (MAZOTTA, 2005, p.27).



Com objetivo de compreender como se organizou o atendimento às pessoas com deficiência/necessidade educacionais especiais, é preciso recorrer à história como os movimentos, organizações, documentos oficiais e programas especializados para o atendimento às necessidades especiais dos alunos com deficiência que serviram de base para as chamadas políticas de inclusão no âmbito escolar, entre eles, tem a Sala de Recursos, caracterizada como apoio à inclusão.

Segundo Mazzotta (2005, p.15)

A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas com deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiência podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século.

A educação é uma porta de oportunidade para pessoas que eram isoladas por ter deficiências. É uma questão de desenvolvimento dos órgãos da sociedade, incluindo todos os tipos de pessoas com ou sem deficiências, mas que haja comunicação e relacionamento entre si.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica, é propiciar as condições em que os educandos, nas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora, ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador e realizador de sonhos. (FREIRE 2005, p.41)

A relação do ser humano com o ser social é o que os tornam cidadãos de conhecimento na descoberta do meio onde vive na busca do seu foco e objetivo se tornando cada vez mais capaz de superar suas necessidades e isso serve e é de direito para pessoas com ou sem deficiências, independente de serem jovens; adultos ou crianças.

Uma criança com atraso no desenvolvimento motor, ou com uma paralisia cerebral, quando incluída em ambiente escolar inclusivo, tem inúmeras razões para se sentir provocada a desenvolver habilidades que não desenvolveria em um ambiente segregado. (BRASIL, 1998, pp. 23 e 24)

É necessário que os professores conheçam a diversidade e a complexidade dos diferentes tipos de deficiências, para definir estratégias de ensino que desenvolvam o potencial do aluno. De acordo com a limitação física apresentada é necessário utilizar recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação, buscando viabilizar a

participação do aluno nas situações prática vivenciadas no cotidiano escolar, para que o mesmo, com autonomia, possam aperfeiçoar suas potencialidades e transformar o ambiente em busca de uma melhor qualidade de vida. (BRASIL, 2006, p. 29)

Para um bom desenvolvimento de crianças com dificuldade motor na escola, é preciso estratégias no ambiente escolar que possa garantir a essas crianças uma aprendizagem de qualidades. Segundo Wilson (1971), grande parte das crianças que têm dificuldade na coordenação motoras causada por deficiências físicas é beneficiada com somente algumas modificações no ambiente físico, nos materiais e equipamentos utilizados para a atividade escolar.

Vale ressaltar que, mesmo com poucos recursos em sala de aula, a equipe pedagógica pode está criando ações inovadoras para um bom desempenho da criança. A inclusão propõe a inserção total, e a escola como instituição que legitima a prática pedagógica e a formação de seus educandos, precisa romper com a perspectiva homogeneizadora e adotar estratégias para assegurar os direitos de aprendizagem de todos. (SASSAKI, 2006)

Para Salamanca (1994), a escola deve se propiciar a mesma educação a todas as crianças, atendendo às demandas delas. Sem excluir a criança com deficiência, o contexto escolar é para todos.

O autor fala sobre práticas pedagógicas na sala de aula para que o aluno com deficiência possa ter conhecimento, pois é preciso permitir ao aluno que tenha acesso a tudo que é de direito, para que eliminem as barreiras existentes. Isso poderá ocorrer por meio de alternativas diversas (jogos, brincadeiras e experimentação de diferentes estratégias), o professor pode buscar tudo isso para tratar dos conhecimentos dos alunos em sala de aula com sensibilidade e criatividade.

Observa-se que os alunos com deficiência motora em sala de aula precisa de certos cuidados e ensinamentos flexíveis para sua aprendizagem. Para Buscaglia (1993, p.41), disciplinar criança com deficiência de forma sensata e dentro de seus próprios limites especiais, não é cruel, mas ao contrário, pode representar uma atitude de maior generosidade.

A criança com deficiência depende de atividades que satisfaçam suas necessidades motoras, sensoriais, afetivas e intelectuais e, ao mesmo tempo, sejam prazerosas, passam a fazer parte importante do sistema de significações da criança. (HEYMEYER & GANEM, 1993)

Para Alencar (2008) inicialmente, é preciso avaliar as potencialidades dos alunos para que possam ser definidos os caminhos que garantam a acessibilidade motora, como objetivo inicial de estabelecer uma comunicação mínima entre professor e aluno e entre os alunos. O autor argumenta que os alunos com necessidades apresentam níveis de competência linguísticos diversificados.

Os professores principalmente e outros profissionais ligados na área da educação enfrentam o desafio da inclusão, o que não poderia ser chamado assim, pois na verdade a etapa da adaptação a essa nossa realidade já deveria ter sido superada. As escolas deveriam estar adequadas às necessidades de todos os alunos que necessitam dessas adaptações e apresentam a minoria dentro das escolas.

### **3.1 DEFICIÊNCIA FÍSICA NA INCLUSÃO ESCOLAR**

A inclusão escolar de alunos com deficiência em escolas regulares é um direito garantido Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.9.934/96), que afirma a oferta da educação especial enquanto dever constitucional do Estado ter início na Educação Infantil, na idade de zero a cinco anos. (BRASIL, 1996).

De acordo com pesquisas brasileiras as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicos ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados. É direito de todas as oportunidades de ser o que quiserem. (BRASIL, 1997, p. 17 e 18).

Todos fazendo seu papel de ser humano e eliminando barreiras abstrai, como discriminação que tem afetado muitas crianças.

Em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. (BRASIL, 2006, p.330).

Condições físicas que são caracterizadas por vigor, vitalidade e agilidade altamente reduzidos, o que acaba limitando a capacidade das crianças em realizar

trabalhos escolares com o grau máximo de eficiência, são causa suficiente para que lhe sejam fornecidos recursos educacionais especiais. Estes estados podem ser causados por doenças infecciosas e também por deficiências congênitas ou de desenvolvimento, que levam a uma invalidez permanente ou a longos períodos de recolhimento forçado ao leito. Outras doenças como o diabetes e a epilepsia, podem causar períodos frequentes, porém curtos, de funcionamento inadequado. (WILSON, 1971)

São vários setores que afetam uma criança com deficiência física impedindo a sua movimentação corporal. Ainda outras recomendações são feitas, no sentido de se analisar os objetivos educacionais e por consequência, os conteúdos a serem trabalhados com o aluno, visando sempre lhe favorecer o exercício de participação no debate de ideias e no processo decisório quanto a sua própria vida e à vida da comunidade.

Assim, pode ser útil favorecer ao máximo o enriquecimento de sua experiência de vida, através de: 1 (um) integração íntima com a vida da escola 2 (dois), Estimulação de interesses e orientação à criatividade nas atividades de recreação, 3 (três) Estimulação da iniciativa e da capacidade de liderança do aluno, 4 (quatro) Estimular a experiência da vida na comunidade, 5 (cinco) Estimular a ampla utilização das bibliotecas públicas e da escola. (WILSON, 1971)

Alguns aspectos das orientações pedagógicas sinalizam o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza o direito a sermos diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza. Para que as pessoas com deficiências possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que a escola de ensino regular se adapte às mais diversas situações e conforme as necessidades dos alunos inseridos em suas salas de aula. (SANTOS, 2002)

Este documento do Ministério da Educação intitulado Projeto Escola Viva As escolas devem refletir e promover atividades concretas permitindo tomar atitudes e ações afirmativas diante das dimensões complexas dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2000, p. 81).

Portanto é importante repensar as práticas de avaliação de aprendizagem, não continuar pensando em instrumentos previamente e arbitrariamente estabelecidos pela escola. O aluno com necessidades educacionais especiais precisa ser acolhido com parâmetros flexíveis que lhe permitam atingir resultados de forma singular e partícula para seu desempenho (BRASIL, 2000).

A escola não pode deixar de lado alguns princípios considerados positivos para o desenvolvimento do aluno com deficiência física.

Segundo Tiballi (2003) os princípios considerados orientadores para a escola inclusiva são: respeito às diferenças e igualdade de direitos; cooperação, tolerância e solidariedade; participação social e integração afetiva de todos, especialmente dos portadores de necessidades especiais; inclusão em oposição à exclusão no contexto escolar; em síntese, promoção da inclusão pela via da escola.

Deve-se levar em consideração que algumas situações exigem atendimentos em classes especiais, pelo menos em certa fase, com atenção mais efetiva dos profissionais do ensino, como, por exemplo, no caso de lesão mental acentuada, de deficiência auditiva, da fala e visuais; outras não apresentam qualquer necessidade de educação especial, como acontece, por exemplo, com as pessoas portadoras de deficiências de locomoção, que não necessitam, em regra, de educação especial, mas de transporte especial para chegarem até as escolas. (SILVA, 2003)

Algumas situações não estão cabíveis ao professor resolver, mas o interesse do mesmo amplia ideias significativas.

Prioste, Raiça e Machado (2006) mencionam que o desejo de ensinar do professor e as estratégias utilizadas fazem uma diferença significativa na aprendizagem da criança, que, às vezes, é pouco percebida em curto prazo, mas certamente é fundamental ao longo da vida da pessoa com deficiência. Quando o professor tem material didático projetado para propiciar a participação autônoma do aluno com deficiência no seu percurso escolar a aula torna bem mais prazerosa.

O professor na sala de aula lida com diferentes dificuldades dos alunos. Em uma classe com alunos com deficiências físicas para ensiná-los é preciso cuidado para compreensão do mesmo, pois existem muitas barreiras para ser ultrapassadas.

De acordo Silva; Kleiman, (2006), existe uma diversidade de uso da linguagem oral pelas crianças com deficiência intelectual. A educação infantil inclusiva pode favorecer bastante o desenvolvimento da comunicação oral e a construção de sentidos pelas crianças com impedimentos cognitivos, pois a plasticidade neural desempenha um papel imprescindível nesse processo, eles estão em fase de desenvolvimento, quanto mais estímulos receberem do meio, maior desenvolvimento haverá. Vale ressaltar que a educação necessita de práticas educativas para que o ensino seja mais claro para participação dos alunos.

A orientação de práticas educativas, não está restrita ao espaço formal da escola, ela existe em toda parte, muito mais que na escola, pois faz parte da ação do homem. Nesse sentido, sinaliza que a prática educativa ou educacional, é o resultado da

ação de todo o meio sociocultural sobre os seus participantes. É o exercício de viver e conviver o que educa. (BRANDÃO, 1984, p. 47)

Além das práticas educacionais existem alguns requisitos tem que estar centrado nos ensinamentos para os alunos com deficiência física. A orientação de estratégias didático-metodológicas que aperfeiçoem a adaptação escolar e/ou o processo de ensino-aprendizagem quando do retorno ou primeiro ingresso deste paciente à escola pode ser relativa tanto à implementação de recursos e medidas alternativas, quanto a condutas e posturas do professor daquela escola, mais adequadas em relação ao aluno, com deficiência, e demais alunos da turma. (BARROS, 1999, p. 90)

### **3.2 RECURSOS UTILIZADOS EM SALA DE AULA**

Segundo Sartoretto (2010), antes de iniciar o trabalho pedagógico da escola devemos conhecer os recursos disponíveis na escola, desde as condições de acessibilidade física, como rampas, banheiros adequados, sinalizações; assim como os recursos que auxiliam a mobilidade do aluno, como cadeiras de rodas e corrimões.

Para o autor além desses recursos necessários, devemos pensar nos materiais pedagógicos adequados, como lápis e canetas ajustados à condição do aluno, alfabeto móvel, pranchas com letras e palavras, computadores, teclados e mouses acessíveis, acionadores, órtese de mão funcional para escrita e digitação, ponteiras de boca ou cabeça, e outros tipos de recursos dependendo da deficiência que dificulta os movimentos motores.

Auxílios sinestésicos, tais como números para recortar, ou de lixa, que podem ser percebidos pelo tato, podem também ser bons auxiliares do ensino. (WILSON, 1971)

A vida do aluno (a) com deficiência não são fáceis, pois os mesmos enfrentam muitas lutas, Machado (2006) argumenta que a educação da criança com deficiência tem sido um desafio para os educadores, provocados a reverem suas práticas homogeneizadoras. Vale ressaltar que os recursos utilizados em sala de aula devem ser avaliados. Observem-se os brinquedos são de tamanho, forma e resistência compatíveis com a possibilidade de apreensão e manipulação pela criança.

Para Marujo (1998), há necessidade de adaptação para que a criança possa usá-los: aplicando puxadores especiais compatíveis com a sua capacidade de compreensão (substituindo material fino por grosso, como barbante por corda); quebra-

cabeças desenhados e adaptados às condições motoras e de manipulação da criança (ampliados, com traçado grosso e poucos detalhes e em papel resistente do tipo cartolina, papel-cartão ou caixas de papelão).

Com as partes do quebra-cabeça imantadas, assim como uma placa onde deverão ser fixadas. Esse material poderá ser mais bem manipulado, favorecendo a ação criativa e a descoberta de regras, propiciando momentos de aprendizagem prazerosa. (MARUJO, 1998)

Com os recursos adaptados utilizados pelos professores em sala de aula, pode inserir com os mesmos o momento lúdico que alimenta o imaginário dos alunos. É necessário para que a criança que apresenta dificuldades de interação por ter deficiência com, possa ter oportunidade de “brincar”, experimentando diferentes situações que satisfazem suas necessidades de integração, de sentir-se igual aos demais, da descoberta do prazer e das suas próprias possibilidades (KRAMER, 1992).

A Secretaria de Educação juntamente com o professor com apoio de um especialista, precisa realizar uma avaliação da situação do aluno com deficiência para utilizar determinados recursos que seja mais útil e funcional. Para Alencar (2008), importante que o professor faça uma lista das principais necessidades do aluno, para depois, juntamente com ele, começar a construir objetos significativos para sua aprendizagem.

Aluno com deficiência motora, o professor também não encontrará receitas prontas e precisa pensar em atividades que seja um currículo capaz de atender às necessidades dos alunos quando trata-se de exercer atividade utilizando à escrita; a leitura. (SARTORETTO, 2010)

De acordo com Reily (2004), a escola deve disponibilizar recursos e tecnologia assistiva, a fim de promover condições de acessibilidade assegurando, assim, plena participação e possibilidade de aprendizagem às crianças com deficiência em igualdade de oportunidade com as demais crianças.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo dessa temática vale salientar, que se trata de uma pesquisa bibliográfica, onde se direcionou a um tema muito importante sobre Recursos Pedagógicos: uma adaptação necessária para crianças com deficiência motora teve

como objetivo conhecer os conceitos que envolvem a educação especial, a qual trouxe oportunidades, direitos e liberdades para pessoas com deficiência.

A pesquisa trouxe relatos de vários autores com o seus olhares em relação à educação especial, um tema muito crítico onde passou do modelo de exclusão para inclusão e que tem muita história para ser esplanada. Durante o desenvolvimento desde trabalho observou-se no contexto histórico barreiras de diversos tipos as quais impediam pessoas com deficiências de serem vistas; compreendidas e respeitadas pela sociedade. Essas pessoas eram excluídas totalmente isoladas do contexto social, pois eram consideradas como incapazes de auto conduzir-se.

Com o passar do tempo, observa-se do segundo capítulo em diante, que a luta pela liberdade vem dando certo até porque teve pessoas corajosas que lutaram por um modelo inclusivo onde todos independentes de ter deficiência ou não tivessem o direito de serem aceitos na sociedade como são e não modificarem-se para poderem ser aceitos. Daí surge através da tecnologia e estudos das ciências recursos adaptados para facilitar vidas de adultos, jovens e crianças na educação e em demais outras áreas.

Hoje há crianças com diversos tipos de deficiências, mas a pesquisa esta centralizada na deficiência motora a qual é acarretada por diversos tipos de doenças das quais, umas delas são doenças físicas que dificultam os movimentos motores das crianças impedindo alguns movimentos.

A tecnologia hoje está situada na sala de aula com recursos e materiais didáticos facilitando o ensino dos professores e a compreensão dos alunos com deficiências físicas.

Portanto, espera-se para o futuro através de projetos como o (TA) tecnologia assistiva modelos de recursos, instrumentos aparelhos que tragam acessibilidades e desenvolvimentos para todas essas pessoas. O principal objetivo desse trabalho foi obter conhecimento e ter um grande estímulo à inclusão com um olhar possível para as deficiências e não impossível.

## **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Luiz Albert David. A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seus Reflexos na Ordem Jurídica Interna do Brasil. In: FERRAZ, Carolina



Valença et al. (Coord.). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Edição Digital. São Paulo: Saraiva, 2012.

AMARAL, I. **Histórias da exclusão: e de inclusão?** - na escola pública. In: CONSELHOREGIONALDEPSICÓLOGOS. Educação Especial em debate. SP: Casa do Psicólogo/Conselho Regional de Psicologia, 1998, p 23-34.

AMARAL. **Conhecendo a deficiência**. São Paulo: Robe, 1995.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2ª ed. Brasília: CORDE, 1997.

BRASIL. **Decreto 7.611/2011**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto 7612/2011**: Institui o Plano Nacional da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limites. 17 de novembro de 2011. Brasília: Distrito Federal, 2011.

BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais - Um desafio ao aconselhamento**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

BARNES, Cambridge. Estudos da Deficiência Hoje. **Política**, 2002.

BARTON, J. S. **Bases do tratamento por estimulação precoce na paralisia cerebral ou dismotria cerebral ontogenética**. São Paulo: Memnon, 1998.

CAETANO, L.M. **O conceito de obediência na relação pais e filhos**. São Bernardodo Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2005.

DINIZ, Maria Helena. **Direito de família**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DAMASCENO, L. G. **Natação, psicomotricidade e desenvolvimento**. Campinas: Autores Associados, 1997.

FOUCAULT, Michel. **“A ética do cuidado de si como prática da liberdade.”** In: Ética, sexualidade e política, por Michel Foucault, 264-287. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a.

FERRARETTO, I. **Paralisia cerebral – Aspectos práticos**. São Paulo: Memnon, 1998.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC, 1975.

MORAN, José Manuel. Mudar a forma de ensinar e de aprender com tecnologias. (2009). In: **Transformar as aulas em pesquisa e em comunicação presencial virtual**. 09 fev. 2011. Disponível em: < [www.eca.usp.br](http://www.eca.usp.br) >. Acesso em: .abril, 2017.

MUÑOZ, J.L.G.; BLASCO, G.M.G. & SUÁREZ, M.J.R. Deficientes motores II: Paralisia Cerebral. In: BAUTISTA, R. **Necessidades educativas especiais**. Lisboa: Dina livro, 1997.

NOGUEIRA, C. M. **A história da deficiência: Tecendo a história da assistência a criança deficiente no Brasil**. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em: <[http://www.apaebrasil.org.br/arquivo.phtml? a=12605](http://www.apaebrasil.org.br/arquivo.phtml?a=12605)>. Acesso em: 11 abr. 2017.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. Práticas educativas: perspectivas que se abrem para a educação especial. **Educação & Sociedade**, ano XXI, 71, 197-220, 2000.

PFEIFER LI. **Comprometimento motor e Aquisição das habilidades cognitivas em crianças portadoras de Paralisia Cerebral**. Temas em desenvolvimento. São Paulo: Memnon, 1994; 31:4-13.

RODRIGUES, David António. **Corpo, Espaço e Movimento – A Representação espacial do corpo e o controlo na manipulação e da locomoção em crianças com paralisia cerebral**. Lisboa, 1983.

RODRIGUES, M. **Psicologia educacional** - uma crônica do desenvolvimento humano. São Paulo: McGRAW-HILL, 1976.

SASSAKI, Romeu Kazumi. "**Acessibilidade: Uma chave para a inclusão social**". 05 mai. 2005. Disponível em: <[http://www.lainsignia.org/2004/junio/soc\\_003.htm](http://www.lainsignia.org/2004/junio/soc_003.htm)>. Acesso em: abril, 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**.4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

WILSON, M. Crianças com Deficiências Físicas e Neurológicas. In: Dunn, L.M. **Crianças Excepcionais - Seus Problemas, Sua Educação**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A, 1971.